



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1841760 - RS (2019/0298392-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : LUCAS ALEXANDRE NUNES SOUZA  
**ADVOGADO** : CYRIO LEONARDO MOOJEN - RS034556

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com fundamento no art. 105, III, "a", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal do respectivo estado, assim ementado:

"APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E MUNIÇÕES. ELEMENTOS DOS AUTOS QUE DEMONSTRAM SUFICIENTEMENTE MATERIALIDADE E AUTORIA DOS CRIMES. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECEPÇÃO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. ABSOLVIÇÃO. PENA.

1. Elementos dos autos que, sopesados, autorizam concluir pela existência de materialidade e autoria do recorrente em relação aos crimes de tráfico de entorpecentes e posse ilegal de arma de fogo e munições de uso restrito. Alegação de enxerto, por parte dos policiais responsáveis pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão, que se mostra dissociada do conjunto probatório angariado aos autos. Juízo condenatório que se mostra correto.

2. Ainda que os crimes - recepção e posse ilegal de arma de fogo - tutelem bens jurídicos distintos, certo é que aquele está na linha de desenvolvimento natural deste último. Com efeito, nas circunstâncias do caso concreto, a recepção da arma era pressuposto necessário para a sua posse em situação irregular. A consumação do crime de posse ilegal de arma de fogo dependia da recepção da arma. Tem-se, no caso, a situação de crime-meio e crime-fim, de modo que incide o princípio da consunção, sendo punível exclusivamente a conduta-fim, que orientou o agir doloso do condenado. Absolvição do crime de recepção.

3. Não se verificam reparos na fixação das penas, mormente no tocante aos vetores do artigo 59 do Código Penal, pois esta se deu de forma parcimoniosa, proporcional e atenta ao disposto nos comandos legais. A dosimetria da pena está atrelada ao juízo de discricionariedade do sentenciante, que está mais próximo do agente, comportando a reprimenda ajuste somente quando malferidos os parâmetros legais ou dotada de evidente desproporcionalidade, o que não é o caso.

4. Diante da reincidência do agente e da extensão da reprimenda, não se mostram possíveis o reconhecimento do crime de tráfico de drogas na modalidade privilegiada, a substituição da corporal por restritivas de direitos, bem como o abrandamento do regime inicial fechado, mesmo que considerado o período de segregação cautelar do recorrente.

5. Não sobrevivendo aos autos quaisquer fatos novos que pudessem justificar a revogação da prisão preventiva, devidamente fundamentada pelo juízo de origem, esta se mostra cabível.

Impositiva a manutenção da prisão cautelar.

RECURSO PROVIDO EM PARTE." (e-STJ, fls. 431-432).

O recorrente aponta negativa de vigência aos artigos 69, *caput*, e 180, *caput*, do Código Penal e ao artigo 386, III, do Código de Processo Penal.

Alega, em síntese, que não é possível "a aplicação do princípio da consunção na

hipótese em comento, na medida em que inexistiu concurso aparente de normas a ser solvido, já que, ao contrário do que entendeu a Câmara julgadora, o crime de receptação simples não é meio necessário nem constitui fase inerente à execução do delito de porte de arma. Os bens jurídicos que estão a tutelar em nada se identificam, assim como diversa é a natureza destes, o que redundaria, também, em momentos distintos de consumação" (e-STJ, fl. 462).

Requer, assim, seja restabelecida "a condenação do réu pelo crime de receptação (artigo 180, *caput*, Código Penal), em concurso material com o delito de porte ilegal de arma de fogo e munição (artigo 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03) e tráfico de entorpecentes (artigo 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06)" (e-STJ, fl. 464).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 468-482).

Admitido o recurso (e-STJ, fls. 484-487), subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 500-505).

### **É o relatório.**

Decido.

A pretensão recursal merece acolhimento.

Consoante se verifica dos autos, o Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul deu parcial provimento ao apelo defensivo e, aplicando o princípio da consunção, absolveu o réu do delito de receptação (artigo 180, *caput*, do Código Penal), remanescendo a condenação pela prática dos crimes dos artigos 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03 e 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06.

Seguem os fundamentos exarados pela Corte de origem para aplicar o citado princípio entre os delitos de receptação e posse irregular de arma de fogo:

"A insurgência defensiva também está abarcando a condenação por receptação. O recorrente postula a aplicação do princípio da consunção e, consequentemente, o juízo absolutório.

Com razão.

Ainda que os crimes - receptação e posse ilegal de arma de fogo - tutelem bens jurídicos distintos, certo é que aquele está na linha de desenvolvimento natural deste último.

Com efeito, nas circunstâncias do caso concreto, entendo que a receptação da arma era pressuposto necessário para a sua posse em situação ilegal. A consumação do crime de posse irregular de arma de fogo dependia da receptação da arma.

Tem-se, na hipótese, a situação de crime-meio e crime-fim, de modo que incide o princípio da consunção, sendo punível exclusivamente a conduta-fim, que orientou o agir doloso do condenado.

Como consequência, entendo que se impõe a absolvição do acusado Lucas Alexandre em relação ao crime de receptação, com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 443-444).

Todavia, ao assim decidir, o Tribunal *a quo* dissentiu do entendimento firmado neste Superior Tribunal de Justiça, que é firme no sentido de que a receptação e o porte ilegal de arma de fogo configuram crimes de natureza autônoma, com objetividade jurídica e momento consumativo diversos. Nesse sentido:

**"HABEAS CORPUS. PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO PERMITIDO E RECEPÇÃO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INAPLICABILIDADE.**

**1. Esta Corte Superior de Justiça possui orientação no sentido de que os crimes de receptação e porte ilegal de arma de fogo são autônomos e possuem momentos consumativos diversos, não havendo que falar, portanto, em consunção. Assim, o réu que porta ilegalmente arma de fogo, cuja origem sabe ou deveria saber ser decorrente de produto de crime, deve responder por ambos os delitos, em concurso material.**

[...]

**4. Ordem denegada."**

(HC 168.171/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 09/11/2011.)

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA E RECEPÇÃO DOLOSA. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. NÃO APLICAÇÃO. CONCURSO MATERIAL.

1. **Quem adquire arma de fogo, cuja origem sabe ser criminosa, responde por delito contra o patrimônio, no momento em que se apodera da res.**

2. **Posteriormente, se vier a ser flagrado portando a arma, estará incorrendo na infração penal tipificada no art. 14 do Estatuto do Desarmamento (no qual se protege a incolumidade pública).**

3. **Portanto, tendo em vista que os crimes em questão possuem objetividade jurídica diversa e momentos consumativos diferentes, não há que se falar em consunção.**

4. Recurso conhecido e provido para condenar o réu quanto ao delito previsto no art. 180, caput, do Código Penal, em concurso material com o tipificado no art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, determinando-se o retorno dos autos à origem para a prolação de nova sentença."

(REsp 1133986/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 31/05/2010.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para reconhecer a impossibilidade de se aplicar o princípio da consunção ao caso e restabelecer a condenação do réu pelo crime de receptação (art. 180, *caput*, Código Penal), em concurso material com o delito de porte ilegal de arma de fogo e munição (art. 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03), e tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator